

Ata da 8ª Reunião Ordinária GT-PPCV 2024/2025

Data: 11/04/2025, 10h00 até às 12h00

Local: Viaduto do Chá, 15, 6º andar, Sala de Imprensa - Edifício Matarazzo

Grupo: GT-PPCV 2024/2025

Pauta:

1. Apresentação: Balanço das ações da Coordenação Operacional, período de 14/03/2025 a 10/04/2025 - Joel Malta de Sá (SMSU/COMDEC).
2. Apresentação: Tatiana Tucunduva Philippi Cortese - Docente do Programa de Pós-Graduação em Cidades Inteligentes e Sustentáveis da Uninove e Pesquisadora do Instituto de Estudos Avançados da USP. Idealizadora do Movimento RUA - Resiliência Urbana em Ação.
3. Apresentação: Flavio Conde - Coordenador da Área de Drenagem Urbana e Monitoramento Hidrometeorológico da Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica – FCTH.
4. Rodada de participação de todos os demais órgãos para relato da atuação no período de 14/03/2025 a 10/04/2025.

Participantes:

1. José Renato Nalini – SGM/SECLIMA;
2. Luciana Feldman – SGM/SECLIMA;
3. Isabel Silveira Camargo - SGM/SECLIMA;
4. Maria Angélica Ferri Medeiros da Cunha - SGM/SECLIMA;
5. Alexandre Mendes Batista – SMS;
6. Wesley Souza Ribeiro de Jesus – SMS/COVISA;
7. Filipe Falcetta – IPT/RUA;
8. Tatiana Tucunduva P. Cortese – Uninove/IEA/RUA;
9. Silvio Shoiti Hagiwara – SMT/CET;
10. Marcelo Guidolin – SMT/CET;
11. Felipe Hoffman Paulino– SP REGULA;
12. Eliane Pereira Silva– SECOM;
13. Isabella F. F. Costa – SECOM;
14. Flavio Conde – FCTH/SIURB;
15. Caroline Nogueira – SEME.
16. Jairo Almeida – RUA/IFESP;
17. Bruna Meante de Assis – CGE/SIURB;
18. Milton José Barboza – SIURB;
19. Carlos Eduardo Junqueira Aguiar – SEHAB;
20. Danillo Sene – ENEL;
21. Osmário Ferreira Silva – SMSUB;

- 22. Fabrício Cobra – SMSUB;
- 23. Joel Malta de Sá - COMDEC

Reunião:

1. Luciana Feldman (SECLIMA) dá as boas-vindas, reitera aos participantes da reunião que assinem a lista de presença e informa que a reunião está sendo gravada e transmitida ao vivo pelo Youtube;
2. José Renato Nalini (SECLIMA) cumprimenta os presentes, menciona Osmário e sua tarefa de manter a cidade limpa, além de atuar na insistência da educação da população, pois é através do conhecimento quanto ao descarte correto que as enchentes, essas que são desastres não naturais e provocados pela nossa omissão, poderiam ser evitadas. Dado a prorrogação do contrato, haverá a manutenção da exigência para que haja educação ambiental. José Renato Nalini ainda salda o inspetor Malta e a Tatiana Tucunvanda;
3. Luciana Feldman (SECLIMA) agradece o secretário e passa a palavra para Osmário Ferreira Silva (SMSUB);
4. Osmário Ferreira Silva (SMSUB) comenta que o planeta é um paciente que necessita de cuidados, dado que os córregos e piscinões presentes na cidade de São Paulo se assemelham à depósitos de embalagens plásticas e construções civis. Em seguida, atribui responsabilidade aos fabricantes, importadores e varejistas, visto que devem ter noção para onde seus resíduos estão sendo direcionados, além de trazer os consumidores para a conversa ao incentivá-los a repensar os materiais que estão adquirindo;
5. Luciana Feldman (SECLIMA) agradece;
6. José Renato Nalini (SECLIMA) anuncia a chegada de Fabrício Cobra (SMSUB) e lhe passa a palavra;
7. Fabrício Cobra (SMSUB) cumprimenta os presentes e comenta que, apesar da chegada do fim do período de chuvas, devemos pensar no próximo verão, além de se preparar para possíveis chuvas durante o inverno e outono, dado as precipitações observadas nesses períodos no ano passado;
8. Luciana Feldman (SECLIMA) agradece e passa a palavra para o inspetor Joel Malta de Sá (COMDEC);
9. Joel Malta de Sá (COMDEC) cumprimenta os presentes e aborda a possível alteração do plano preventivo para plano permanente, dado a presença de eventos climáticos extremos que podem culminar em alagamentos, inundações e desmoronamentos ao longo do ano inteiro. Além disso, deve-se pensar em abrigos permanentes para que escolas e centros esportivos não tenham suas atividades suspensas por estarem sendo utilizados como abrigos temporários.

Em seguida, apresenta o balanço parcial, com 2.284 ocorrências atendidas pela Defesa Civil da cidade de São Paulo, dentre as quais aqueles referentes às árvores foram a de maior destaque. Também houve 581 ocorrências relacionadas a queda de árvores e galhos, e as situações de risco totalizadas em 639 evidenciam a iminência desses eventos. Por fim, afirma que, além dos casos como queda de vegetação, o PPCV também atua em risco de desabamento e erosão, como na situação da presença de uma cratera presente na marginal Pinheiros observada no dia anterior a esta reunião;

10. Fabrício Cobra (SMSUB) comenta que o local da ruptura de 15m é trajeto do esgoto que tem como destino a estação de tratamento de Barueri da Sabesp;
11. Joel Malta de Sá (COMDEC) ressalta que o fim do PPCV indica o início da instauração do “Fogo Zero”, voltado para o combate ao incêndio que se faz comum durante o período de inverno, caracterizado pelas baixas temperaturas. Informa que há primeiramente a atuação dos bombeiros e, posteriormente, a da Defesa Civil com a vistoria, estabelecendo em conjunto com a subprefeitura se a região afetada permanecerá interditada;

Em seguida, comenta que no mês maio as ocorrências por zona se estabeleceram da seguinte maneira: zona norte, 359; sul, 564; leste, 554. Zona campeã de ocorrências, nesse período: zona oeste. 807 ocorrências atendidas aqui pela Defesa Civil, por subprefeitura. Butantã: 236 ocorrências atendidas; seguida da Sé, com 232 ocorrências; depois, Lapa, com 122 ocorrências atendidas pela Defesa Civil no plano preventivo. Na zona norte: Pirituba foi a campeã de ocorrência, seguido de Santana/Tucuruvi, com 72. Zona sul: Vila Mariana, de novo campeã de ocorrências. Os chamados ocorrem com uma frequência conhecida na cidade de São Paulo, normalmente em torno de 17h. Esta frequência é comprovada ao observar-se os 425 chamados em torno desse horário, além de que após as 17h os cidadãos passam a ligar tanto para o 156 quanto 159;

12. Luciana Feldman (SECLIMA) agradece a presença de Danilo Sene da Enel e passa a palavra para Tatiana Tucunduva (IEA/RUA), docente do Programa de Pós-Graduação em Cidades Inteligentes e Sustentáveis da UNINOVE, pesquisadora do Instituto de Estudos Avançados da USP, idealizadora do movimento Rua – Resiliência Urbana em Ação.;
13. Tatiana Tucunduva P. Cortese (IEA/RUA) agradece o convite e cumprimenta os presentes. Aborda que a motivação da reunião é a discussão de como tem sido a reação e gerenciamento dos desastres e das questões de risco a partir do momento de sua ocorrência, isto é, do ponto de vista técnico e não acadêmico,

este último comumente empregado nas pesquisas. O objetivo é a identificação de boas práticas e, conseqüentemente, o seu compartilhamento e ampliação, dando atenção aos profissionais que atuam nessas vertentes como a Defesa Civil, o Corpo de Bombeiros, a assistência social, saúde, educação, e etc, para que as problemáticas possam ser solucionadas.

O movimento do Rua foi pensado em etapas que o Marco de Sendai estabelece como referencial para atuação, que começa com a resposta emergencial a um desastre. Em seguida, há a recuperação, reabilitação, reconstrução, e a última etapa: prevenção. Dado a compreensão da existência de problemáticas e ausência de soluções, o RUA integra diferentes instituições para que seja possível o pensamento coletivo de como construir caminhos diferentes. O movimento parte de uma situação problema para que seja possível trabalhar do ponto de vista local, como o caso ocorrido em São Sebastião no ano de 2023. O RUA visa extrapolar os muros das universidades e comparecer em secretarias e prefeituras para apresentar as informações coletadas dentro das instituições de ensino e debatê-las com os gestores e tomadores de decisão e, após essa reunião, são fornecidas ferramentas e instrumentos de gestão para que esses gestores consigam atuar. Dessa forma, o resultado preliminar é a criação de uma rede de cooperação durante os desastres, uma vez que não podem ser solucionados através da atuação individual. Nesse sentido, visando instruir a comunicação entre diferentes instituições a RUA fará a publicação de um material contendo essas informações. Uma vez publicado, esse material poderá alcançar diferentes municípios, possibilitando parcerias e conectando diferentes perspectivas para a problemática. Vale ressaltar a destinação de foco para a educação, se propondo a preparar as novas gerações para abordar os desastres, bem como a capacitação de gestores. Assim, dentro das universidades os integrantes se propõem a estudar assuntos específicos, mas somente através da comunicação com as demais áreas, isto é, uma abordagem integrada, nomeada pelo RUA de “Cultura de risco”, que será possível lidar com a questão climática;

14. Fabrício Cobra (SMSUB) faz um questionamento quanto à cultura de risco citada por Tatiana. Traz a dúvida se esse termo se refere ao comportamento dos brasileiros de não reagirem de maneira protetiva quando em casos de chegada de chuvas, uma vez que o Brasil sempre foi conhecido como um território que não apresentava desastres naturais como os tornados e terremotos comuns em outros países;

15. Tatiana Tucunduva P. Cortese (Uninove/IEA/RUA) afirma que a exemplificação trazida pelo secretário é condizente com o termo “cultura de risco”. No Brasil não incorporamos o comportamento frente ao desastre ambiental como necessidade e, por isso, os cidadãos não sabem como agir ao receberem alertas de sua chegada. Dessa forma, para caminhar em direção a construção dessa cultura de risco exige-se a promoção da educação buscando preparar a população, principalmente a porção mais vulnerável, para os desastres naturais que tem a tendência de serem cada vez mais intensos e frequentes. Além da difusão de conhecimento de quais protocolos e ações devem ser adotados em caso de desastres, é necessária a promoção de refúgios seguros e eficientes para que os indivíduos possam se abrigar;
16. Fabrício Cobra (SMSUB) comenta que o RUA também deve provocar a imprensa, uma vez que esta pode colaborar para a construção dessa nova cultura. A imprensa por vezes distorce a duração dos eventos climáticos e transmite para seus telespectadores uma sensação de que o projetado nas telas reflete exatamente a situação no local que estão. Assim, dado o seu alcance, a mídia poderia atuar na difusão de protocolos de segurança em conjunto com a divulgação das previsões da intensidade das chuvas e possíveis alagamentos, estabelecendo um alerta rigoroso para a população;
17. Tatiana Tucunduva P. Cortese (Uninove/IEA/RUA) agradece o apontamento de Fabrício Cobra (SMSUB) e concorda com o aspecto fundamental da imprensa na elaboração da cultura de risco. Porém, ressalta que na ausência de capacitação para uma comunicação que instrua a população, a mídia, ao receber as informações do Corpo de Bombeiros e Defesa Civil, pode agir apenas como propagador do sentimento de medo frente aos desastres naturais sem que seja divulgado a orientação necessária para a execução de um protocolo técnico;
18. Fabrício Cobra (SMSUB) comenta que a divulgação de informações como a duração da precipitação em dada região classifica-se como um protocolo preventivo, pois conscientiza o cidadão de quanto tempo deve permanecer em ambiente seguro e, após o período estipulado, há a tendência que aquele fenômeno, como uma forte tempestade, cesse, evitando uma locomoção durante o momento de ocorrência do evento;
19. Tatiana Tucunduva P. Cortese (Uninove/IEA/RUA) ressalta a importância dessa discussão pois é através da contribuição de diferentes vertentes, isto é, atuação coletiva, que são construídas formas de auxiliar as questões climáticas;
20. Joel Malta de Sá (COMDEC) comenta que os alertas recebidos pelos cidadãos se referem ao protocolo do Ministério da Integração Regional, Secretaria

Nacional de Proteção e Defesa Civil intitulado de “Cell Broadcast”. Os alertas informam os eventos de chuvas de acordo com o CEP atribuído ao dispositivo. O alerta severo é enviado quando é possível se preparar para a emergência, ou seja, quando o indivíduo não deve deixar o local que se encontra pois há riscos de inundação, alagamento e ventos fortes. Os alertas extremos são indicativos que o evento intenso se encerrou e, por isso, o indivíduo deve permanecer no local, no aguardo por auxílio de entidades de segurança.

São 827 áreas de risco mapeadas na cidade de São Paulo com planos de contingência próprios. Esses planos de contingência são mapas que mostram rotas de fuga que são passadas para as comunidades, bem como escolas, através do treinamento da Defesa Civil. Esse treinamento auxilia na modificação da cultura ao evidenciar para comerciantes, rádio comunitária, igrejas, associações e ONGs, que os alertas devem ser respeitados. Dessa forma, assim como dito pelo Fabrício Cobra (SMSUB), a imprensa pode influenciar positivamente na educação da população frente aos eventos climáticos;

21. Joel Malta de Sá (COMDEC) ressalta que além do Cell Broadcast e 4099, todos aqueles cadastrados no 56 também recebem alertas. Entretanto, a proposta que poderia ser executada pela Defesa Civil Municipal em conjunto com as secretarias, é o envio do alerta em conjunto com um protocolo atuando como um plano de contingência em pequena escala, direcionando o comportamento do indivíduo de acordo com a sua localização precisa;
22. Tatiana Tucunduva (IEA/RUA) informa que Filipe Falcetta (IPT/RUA) fará um adendo;
23. Filipe Falcetta (IPT/RUA) comenta que é importante que as pessoas entendam quais locais são seguros em situações de alertas e a quais riscos estão submetidas, pois deve-se entender qual é a situação para apontar qual lugar será seguro para abrigo;
24. Fabrício Cobra (SMSUB) ressalta a questão do não deslocamento, que as pessoas devem esperar as chuvas passarem para saírem do lugar onde estão;
25. Luciana Feldman (SECLIMA) cita o caso de uma senhora que saiu com o carro durante uma situação de alerta e faleceu;
26. Fabrício Cobra (SMSUB) reforça que é preciso lamentar a situação;
27. Carlos Eduardo Junqueira Aguiar (SEHAB) pergunta se há alguma plataforma de divulgação;
28. Tatiana Tucunduva (IEA/RUA) informa que eles possuem o site do RUA, com informações sobre o que eles têm feito e com um campo para que os

interessados entrem em contato, mas pensam em ampliar a divulgação. Também comenta que é preciso aumentar a resiliência da população para responder às situações de risco. Por fim, convida os secretários para pensar em novos protocolos, a fim de criar uma cultura de risco;

29. Luciana Feldman (SECLIMA) agradece o trabalho e passa a palavra para Flávio Conde (FCTH/SIURB);
30. Flávio Conde (FCTH/SIURB) destaca a importância do planejamento preventivo para reduzir os impactos das inundações recorrentes em São Paulo, e apresenta os cadernos de bacias hidrográficas como ferramenta para orientar intervenções mais eficazes e integradas. O planejamento prioriza resolver inundações mais frequentes primeiro e propõe soluções estruturais e não estruturais, considerando os altos custos e a limitação de recursos. Ele comenta que, para a elaboração dos cadernos, é levado em consideração o uso e ocupação do solo, o zoneamento urbano, o perímetro ambiental, a densidade demográfica, o índice de vulnerabilidade social e a impermeabilização do solo. Com a informação de inundação, é possível usar modelo matemático para reproduzir o efeito das chuvas na realidade e encontrar áreas críticas. Também comenta sobre a imprensa, que não deve culpar a prefeitura por não realizar algumas intervenções, pois há uma priorização a ser seguida, diz que as alternativas verdes costumam ser mais caras do que as cinzas e que um dos maiores desafios é a questão da habitação;
31. Luciana Feldman (SECLIMA) agradece;
32. José Renato Nalini (SECLIMA) agradece e pergunta qual o critério de elaboração dos cadernos;
33. Flávio Conde (FCTH/SIURB) explica que priorizam as bacias mais críticas;
34. José Renato Nalini (SECLIMA) diz que a questão da impermeabilização é um desafio e pergunta se houve revogação do Plano Diretor de 2014, que previa mais áreas verdes;
35. Flávio Conde (FCTH/SIURB) explica que a lei exige reservatórios de água da chuva em imóveis com mais de 500 m², mas destaca problemas de fiscalização e uso inadequado reservatório, que deve estar vazio para armazenar água da chuva;
36. José Renato Nalini (SECLIMA) questiona se há planos reais para “ressuscitar” córregos enterrados em São Paulo, já que muitos estão limpos;
37. Flávio Conde (FCTH/SIURB) afirma que muitos córregos estão limpos e cita o exemplo do Beco do Batman, onde a população se opõe à construção de um reservatório aberto;

38. José Renato Nalini (SECLIMA) comenta que soluções baseadas na natureza são mais caras, mas recomendadas globalmente, e questiona se o critério de escolha sempre prioriza o menor custo;
39. Flávio Conde (FCTH/SIURB) defende o uso combinado de soluções verdes e cinzas, pois apenas as soluções naturais não são suficientes para os problemas graves da cidade, e cita o exemplo do caderno da Aclimação;
40. José Renato Nalini (SECLIMA) pergunta se a região da Guarapiranga, essencial para o abastecimento de água da cidade, está entre as áreas prioritárias dos estudos;
41. Flávio Conde (FCTH/SIURB) responde que sim e que os próximos cadernos abordarão áreas de mananciais, e comenta que o atraso se deve à necessidade de atualização constante com informações da SEHAB;
42. José Renato Nalini (SECLIMA) agradece e informa que precisará sair para outra reunião;
43. Luciana Feldman (SECLIMA) abre para considerações dos demais órgãos, ressaltando que na próxima reunião será feita a apresentação do relatório;
44. Bruna Meante (CGE) comenta que o verão termina com chuvas dentro da média, com temperaturas um pouco acima e previsão de redução de chuvas e umidade no outono;
45. Luciana Feldman (SECLIMA) passa a palavra para Alexandre Mendes Batista (SMS);
46. Alexandre Mendes Batista (SMS) apresenta dados de eventos relacionados às chuvas entre 14 de março e 10 de abril, sendo 45 eventos avaliados, 15 com interesse em saúde pública, 36 imóveis afetados, 279 visitas realizadas e 328 pessoas orientadas;
47. Luciana Feldman (SECLIMA) passa a palavra para Isabel Silveira Camargo (SECLIMA);
48. Isabel Silveira Camargo (SECLIMA) lembra que o PPCV foi prorrogado até 15 de abril e a entrega dos relatórios até 30 de abril. Por fim, informa que a reunião final será em 16 de maio para apresentação do relatório consolidado;
49. Luciana Feldman (SECLIMA) agradece a presença de todos e encerra a reunião.